

As desventuras de um preconceito

Capítulo 2: Uma história diferente

Confrontação do preconceito do «vagar alentejano» com a documentação histórico-sociológica, seguida do início de uma história do preconceito

José Rodrigues dos Santos

Vagar": O problema escondido: qual a base empírica do estereótipo / preconceito / estigma?

Eis-nos à entrada do segundo caminho. Pretender que uma realidade existe ("os alentejanos são lentos e ociosos") levanta um problema que ficou inteiramente ignorado pelo Évora_27 e adiado por nós, a saber, o da prova da verdade do enunciado, ou a sua refutação. É com efeito extraordinariamente interessante — surpreendente — que nunca surja qualquer dúvida quanto à realidade eventualmente subjacente ao preconceito/cliché/estigma, ou à sua ausência. O que nos diz a história dos alentejanos quanto à sua capacidade de agir, de contestar colectivamente e as condições que lhes são impostas, com a *velocidade* que as circunstâncias exigem, em vez de esperar indefinidamente, com paciência "filosófica", que elas se esvaíam por si mesmas?

E quanto à sua capacidade para *perseverar* no dia a dia e de ano para ano, a visar subsistir mantendo, enquanto indivíduos ou famílias, a sua dignidade fundamental e identidade colectiva — o que se chama aqui (e bem) a sua "honra"? Como proceder? Confrontemos cada um dos atributos que formam o estigma com os dados histórico-sociológicos disponíveis. Um caveat: o material que apresentamos é uma pequena fracção do acervo histórico existente; pretendemos que, apesar da limitação, essa parte é representativa de uma historiografia do tempo longo sobre a relação entre as classes trabalhadoras alentejanas, as classes de proprietários das terras e as autoridades políticas locais e nacionais.

3.1 A "lentidão": a slowness dos Alentejanos posta à prova dos factos

Seis séculos marcados por uma "guerra civil de baixa intensidade".

3.1.1 Évora_1385-1637: Uma energia que vem de longe

Desde a Idade Média o Alentejo é palco de revoltas. Revela-se um povo que não se conforma com a opressão, e se opõe, se necessário com as armas de que dispõe, aos nobres, ao clero, à realeza. Mas muitas das lutas ficaram sem registo, se não sem memória. Teresa Fonseca resume mais de quatro séculos de lutas populares alentejanas de que os primeiros testemunhos datam de 1385.

Nota: Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/00057/2025 - <https://doi.org/10.54499/UID/00057/2025>

This work is funded by the Foundation for Science and Technology (Portugal), under the project UID/00057/2025 - <https://doi.org/10.54499/UID/00057/2025>

Nesse momento de crise dinástica na qual em princípio a "plebe" nada tinha a dizer, ela tomou partido pela causa do Prior do Crato e a seu lado combateu contra Castela nos Atoleiros.

Escreve Teresa Fonseca (2019):

«Para os montemorenses (e muitos outros alentejanos) apoiar o Mestre de Avis era, mais do que lutar contra Castela, enfrentar a grande nobreza e o alto clero portugueses e uma parte significativa dos alcaides e da pequena aristocracia que pontificava na administração local, enfim, todos aqueles que sentiam como seus opressores e de quem tinham agora uma oportunidade histórica de desforra.»

A crise dinástica interpretada pelos alentejanos enquanto luta de classes. A velha fractura já definida. Num país a que a peste negra tinha, nas quatro décadas precedentes, roubado entre um terço e a metade da população, o Alentejo conserva energia humana para fazer a guerra aos nobres e aos castelhanos. Prossegue a autora (2019):

«Por vezes, a dimensão das insurreições impediu o seu apagamento histórico, como sucedeu com o motim da fome de 1631. Devido à grave escassez frumentária que nesse ano atingiu a Europa com repercussões em Portugal, o povo miúdo de Montemor, dirigido pelos procuradores do povo, revoltou-se contra dois vereadores da Câmara, quando estes procediam à repartição do trigo. Os amotinados, por discordarem do preço de venda do cereal ou da quantidade distribuída, ou ainda do modo como era efectuada a repartição, insultaram os elementos do governo local, ameaçando-os de agressão e de morte, servindo-se de armas, pedras e até cadeiras.»

Seis anos mais tarde, «Em 1637, eclodiu em Évora a chamada "Revolta do Manuelinho" contra o agravamento fiscal imposto pelo governo de Madrid, que de imediato alastrou a todo o reino. Montemor, mais uma vez dirigida pelos procuradores do povo, foi a primeira povoação a seguir o intrépido exemplo da capital alentejana».¹

Dois elementos deste relato merecem atenção especial, porque contribuem para colocar as bases de uma reflexão mais geral, que retomaremos adiante: a) Évora, a capital "irradiante" da "desconformação", da recusa de conformar-se, de admitir como inevitável o que o parece, como o será esta cidade e o seu distrito nos inícios do século XX e depois em 1974-76; b) a capacidade da sociedade alentejana para dar espaço e energia ao *alastramento* dos movimentos sociais (propagação, contágio).

Entre muitos outros episódios de contestação e revoltas que a historiadora e os seus colegas descrevem mas não podemos detalhar, chegamos ao século XIX.

3.1.2 Évora_1800's: Violência endémica no Alentejo

(i) No Alentejo, em continuidade com os tempos anteriores, o século XIX é um período de constante "desassossego". "Os trabalhadores (...) ocupados na época alta dos trabalhos agrícolas (ceifa, gadanha dos pastos, tiragem da cortiça, carvoarias e apanha da azeitona) recorriam, no resto do ano, à mendicância e ao roubo, como meios de subsistência. Por isso, os furtos de comida, lenha e animais domésticos possuíam um carácter sazonal, correspondentes precisamente às crises de trabalho no campo." (Fonseca, 2019: 68).²

Um meio de pressão económica já antigo, o *fogo posto* nas searas, transformou-se gradualmente de forma de violência local em arma de luta, ao ser utilizado como ameaça mais ou menos explícita nos acordos salariais. Já J. Pacheco Pereira o tinha assinalado, em 1980, com ampla base documental:

«A criminalidade e o banditismo assumem no Alentejo as formas de uma revolta social latente e mesmo, em alguns casos, entroncam, enquanto movimento social arcaico, em formas modernas de agitação e acção social e política. Antes das greves de 1910-1911, a

criminalidade e o banditismo são mesmo a manifestação mais saliente das lutas dos trabalhadores rurais, assumindo principalmente as formas do roubo, da violência contra a propriedade (fogo posto em particular), da violência contra pessoas (agressões e homicídios). (...) Note-se em particular que, quer em termos relativos quer em termos absolutos, a criminalidade no Distrito de Évora tem uma importância relevante no conjunto da criminalidade portuguesa.»

De incidência reduzida nas épocas em que havia trabalho, roubo e extorsão (maioritariamente de comida) tornavam-se muito frequentes no resto do ano. O carácter social dessa criminalidade é patente.³ Segundo Pacheco Pereira (1980), as formas antigas de luta dos trabalhadores rurais, nas quais as ameaças de fogo posto, o roubo e o pedido "insistente" de comida têm um papel importante, mantêm-se durante todo o século XIX e prolongam-se até aos meados do século XX.

(ii) De longe vem pois a memória da forte resistência suscitada por dois tipos de causas: a) exógenas — guerras (Restauração, invasões, Guerras Liberais); e b) endógenas. Destas, as principais, por serem estruturais e se manifestarem quase sem interrupção no tempo longo, emergem em torno das subsistências e da posse e exploração da terra. Literatura da época, ou sobre ela, e memória local descrevem uma região com população esparsa,⁴ grandes ou muito grandes propriedades e altos níveis de violência tanto privada como estatal. Os conflitos sociais rurais, endógenos, no Alentejo oitocentista, incidem sobre um leque alargado de problemas:

— Motins de subsistência, que incluem a oposição contra a "exportação" (para as grandes cidades, sobretudo Lisboa) dos grãos ou das farinhas em contextos de grave penúria local, que incluem "cercos" a moagens ou a padarias;

— Protestos contra os impostos e contra imposições estatais, característicos do Antigo Regime; lenhas...);

— Conflitos laborais: salários, acesso ao trabalho (emprego) e condições dos arrendamentos.⁵ Entretanto, as múltiplas formas de luta que esses conflitos revestem variam entre actos locais e episódios de violência espontâneos e formas mais organizadas, embora ainda embrionárias (paralisações), prefigurando as greves que se multiplicarão no fim do século XIX e sobretudo no início do século XX.

Os episódios de conflitos mais agudos, que incluem agressões contra representantes do poder ou proprietários, furtos, destruições de culturas (fogo posto a searas ou até aos "montes" dos patrões que não cumprem o acordado ou maltratam os trabalhadores) e outros, foram descritos como formas de "resistências quotidianas" (Almeida, 2004), muitas vezes duramente reprimidas. O panorama resultante dessa documentação leva-nos a considerar que lavra no Alentejo ao longo do século XIX (vinda, como sublinha Pacheco Pereira (1980), de épocas anteriores) o que designaremos como *uma forma endémica de "guerra civil de baixa intensidade"*, que nem por ser de baixa intensidade deixou de causar mortes.

Longe, muito longe estamos da "lentidão", do "ócio", em suma do fantasiado "vagar": nem *Skholè* nem *Otium* dos notáveis que se retiram dos negócios, privados ou públicos, para contemplarem e criarem na tranquilidade das suas *villae*. Encontramos, isso sim, a luta constante, inquieta e irrequieta, capaz de perseverar na afirmação da sua dignidade, no seu direito de viver, de fazer alastrar a largos espaços as acções locais. A seguir vem o século XX, nem desistência nem abrandamento: pelo contrário.

3.1.3 Évora_1900: o Alentejo organiza-se: à "velocidade de um fogo de palha"

(i) Évora_11: Um mundo alentejano veloz e o seu estigma: a conformação, "as trevas do espírito"

Atingido o início do século XX, essa conflitualidade prolonga-se, intensifica-se e assume novas formas a seguir à instauração da I República em 1910 e à promulgação, em 1911, da nova Constituição cujo cariz democrático comportava o reconhecimento de direitos cívicos como, em particular, o direito de greve. A esperança de uma mudança da situação dos trabalhadores foi tão intensa como iria ser a decepção que lhe sucedeu. A historiografia é abundante e eloquente: o Alentejo foi a região de Portugal que mais *rápida* e mais intensamente procurou aproveitar o novo horizonte político.⁶

Interessante é constatar que os movimentos populares haviam de ter o efeito paradoxal de reforçar a estigmatização dos trabalhadores rurais alentejanos. A larga adopção de um novo modo de transmissão da ideologia das classes abastadas, a imprensa, dá conta da *difusão alargada e do aprofundamento do preconceito/estigma*. Num estudo da imprensa regional desse início do século XX, Ana Brito Pereira (1983) recolhe testemunhos inequívocos sobre a maneira como os trabalhadores rurais eram percebidos pelas classes médias ou superiores, num país em que os que liam eram minoria.

«Apesar das muitas vezes proclamadas bases anarquistas e socialistas, os intelectuais republicanos, empregados, médicos e advogados locais tinham uma definida concepção dos trabalhadores rurais, concepção essa perfeitamente retratada na imprensa da época. Assim, para além do facto de aquela classe ser unanimemente considerada como animais de trabalho, ingénuos, quase selvagens e com necessidades mínimas — tinham uma "conformação estóica para uma vida inteira de constantes privações".»

Notável a adesão de certas elites ideologicamente "à esquerda" do leque político à visão negativa das classes trabalhadoras, em relação às quais a distância cultural era imensa. É possível que opere aqui o mecanismo da "distinção" (Bourdieu, 1979), que consiste em sobre-afirmar a diferença entre o seu grupo social e os que, sendo percebidos como indignos, não são afinal tão afastados economicamente. Quer seja esse o efeito de uma "estratégia" social de diferenciação, quer, como no caso dos governantes, uma verdadeira incapacidade para perceber as classes mais modestas senão como "animais de trabalho" e "gente conformada" incapaz de acção, o facto é que a palavra "surpresa" surge a cada página da imprensa.

«Os próprios governantes de então, surpresos perante a amplitude do movimento a que assistiam, hesitavam a princípio entre um apoio consoante com o carácter "democrático" do novo regime e uma acção enérgica que rapidamente pusesse fim àquela e futuras tentativas de emancipação de uma classe que se revelava de uma determinação e força de que eles jamais haviam suspeitado quando se lhes referiam como "criaturas pacíficas", "alheias ao turbilhão de ideias que agitam o mundo".»

Teria sido mais correcto dizer: *aparentemente* "calma e conformada". Eis como o preconceito torna cego o preconceituoso: já então se projectava sobre os alentejanos a imagem de gente "calma e conformada", a ideia conveniente (e premonitória de outras "reinterpretações") de que "os guia uma filosofia 'estóica'", uma antiga filosofia própria de "criaturas pacíficas".⁷ Donde resulta que a *determinação e a força* de que se mostram capazes tenham sido e continuem a ser "surpresa" quando a ocasião se apresenta.

«(...) esta questão [social, agrária] desdobra-se em dois aspectos que achamos oportuno fixar. Sovinice e orgulho de classe do lado dos agricultores e a especulação da ignorância do lado dos trabalhadores, não podendo nas trevas do espírito resistir à sugestão criminoso

de profissionais da vadiagem, desses parasitas cujo objectivo é viverem à custa da perturbação da ordem e dos sacrifícios máximos dos pobres trabalhadores iludidos.»

Em todos os movimentos sociais desta natureza — reivindicação, revolta —, o parâmetro principal, tanto do ponto de vista dos trabalhadores como do ponto de vista das autoridades que tentam controlá-lo e reprimi-lo, é o da *velocidade de propagação*. Só uma propagação rápida é susceptível de agregar novos grupos, angariar novas solidariedades e exceder a capacidade dos órgãos de repressão (milícias privadas, polícias, exércitos). Demasiado lenta, a propagação expõe cada núcleo local ao isolamento e ao esmagamento imediato.

«Formas de alastramento das greves: As greves, sobretudo o primeiro movimento, não alastram organizadamente, é uma espécie de fogo que se pega e que avança por aqui e por ali, ao sabor da determinação, da consciência e da informação dos trabalhadores de cada localidade. Casos há em que não se chega a saber bem o que efectivamente se quer, mas sente-se que se quer mudar.»

(ii) Évora_11 (cont.): a velocidade de um Centro irradiante

«Aliás, o mesmo acontece com o outro centro urbano irradiante — Évora. Também aqui a cidade foi não só o exemplo a seguir pelas outras localidades, mas também o concelho em que o movimento foi mais total, unindo todo o proletariado independentemente de sectores. (...) todas as greves que aí se declaram imediatamente a seguir têm tanto uma duração extremamente curta, como um final sempre vitorioso; todavia, à medida que o mês avança e a greve de Évora se distancia no tempo, e a maior parte das vezes no espaço, assiste-se tanto a um aumento dos dias de greve, como a um enfraquecimento do poder de reivindicação dos trabalhadores.»

«Finalmente, a existência de uma desenvolvida solidariedade operária e camponesa, que porventura tornou possível que a greve se desenrolasse mesmo depois do encerramento das associações dos rurais e que possibilitou ainda que os reflexos atingissem todo o país, demonstrando, quanto mais não fosse, o grande passo que tinha sido dado do ponto de vista de autonomia ideológica, de unidade de classe e de estratégia.»

Apesar da sua capacidade de propagação ("a todo o país"), mais uma vez, os movimentos são travados pela repressão. Mas o sinal estava dado: era possível contestar as condições impostas, era possível, se bem que incerto, ganhar em pontos importantes, nomeadamente no que concerne aos salários.

«As contradições entre as várias facções republicanas sufocavam qualquer posição clara e racional a este respeito. Depois, são os eventos que se conhecem: as confrontações generalizadas, a greve geral, dois mortos, 600 presos, o assalto e encerramento da Casa Sindical.»

(iii) Évora_11 (cont.): "Uma explosão reivindicativa e organizativa"

"Explosão reivindicativa e organizativa" é a expressão que usa João Freire (2000) que, apoiado nas suas pesquisas (que corroboram as de Pacheco Pereira), dá conta uma vez mais da *velocidade de propagação* da acção reivindicativa no Alentejo — e, no vocabulário deste ensaio, de uma nova *forma cultural* — a das "Associações de classe de trabalhadores rurais", num espaço que, mesmo atravessando pontualmente o Tejo (Santarém), abrange de imediato a totalidade do Alentejo. Essa rápida propagação (um "contágio" no sentido de Sperber⁸) revelava assim três factos: (i) a existência de uma certa unidade cultural do espaço alentejano — "contaminado" por igual; (ii) a velocidade da comunicação que ela permitia;⁹ e (iii) a postura dinâmica e combativa. Factos objectivos que contradizem, de um só golpe, todos os clichés: nem isolamento, nem "lentidão", nem "ócio", nem resignação. Os alentejanos não tinham vagar para hesitações.

«Segundo as nossas próprias pesquisas, terão existido, até ao final da década de 20, um total de 170 sindicatos locais ou, como então se dizia, associações de classe de

trabalhadores rurais (...). Por seu lado, Pacheco Pereira regista a existência de 140, com base sobretudo em registos de imprensa do período 1911-1913. (...) Por exemplo, na distribuição por distritos de Pacheco Pereira, 51 sindicatos correspondem a Évora, 37 a Beja, 22 a Portalegre, 18 a Setúbal, 6 a Santarém, 4 a Faro e 2 a Lisboa.»

«O associativismo dos assalariados rurais (...) caracterizou-se por uma explosão reivindicativa e organizativa logo a seguir à implantação da República, marcando assim a conjuntura política, mas sofrendo em seguida as consequências de uma repressão e de um isolamento que perduraram longamente.» (Freire, 2000).

Vítor de Sá (1983), por seu turno, ao estudar as grandes greves alentejanas de 1912, descreve uma geografia impressionante desses movimentos: é todo o Alentejo, desde as capitais regionais até às aldeias mais recuadas, que se subleva.

«Embora violentamente reprimidas desde o princípio pelas nóveis autoridades republicanas, nem por isso deixaram de alastrar "como nódoa de azeite" por todo o Alentejo (...). Em Janeiro de 1912 já se computava entre 10.000 e 20.000 o número de grevistas, sujeitos, sobretudo em Évora, à brutal repressão da recém-criada Guarda Nacional Republicana. (...) Conduziu à formação de associações de classe, e à promoção, em Agosto de 1912, do 1.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (Évora; 29 associações, representando 12.525 trabalhadores). No ano seguinte já se realizava o 2.º Congresso (Évora, 5 a 7 de Abril), participado por 65 associações, mais do dobro do ano anterior. (...) Pode assim dizer-se que as províncias da região latifundiária estavam, desde os anos de 1912 e 1913, cobertas por uma já adensada rede de associações de trabalhadores rurais.»

A difusão das ideias libertárias acompanhou os movimentos. É discutível que tenham sido a sua causa eficiente, mas é certo que serviram de ponto de apoio para a construção de um discurso autónomo que dava um alcance superior às movimentações locais, porque cada uma sabia das outras. João Gabriel Caia retrata o processo de "acompanhamento" *ex post* das greves alentejanas pelos anarco-sindicalismos, tornando-se em seguida factores de mobilização e de coesão dos trabalhadores rurais alentejanos.¹⁰

«Se antes de 1910 a contestação social dos trabalhadores rurais em Portugal não teve impacto suficiente para ganhar a atenção do movimento libertário que crescia nos espaços urbanos, após a implantação da República, a dimensão que ganharam as greves dos rurais alentejanos foi tal que a figura do trabalhador rural entrará progressivamente no léxico teórico e propagandístico dos anarquistas.»

Desenha-se, a traços cada vez mais nítidos, a figura estereotípica dos "alentejanos". Revoltas constantes, motivadas por conflitos das mais diversas origens que afectavam todos os domínios da vida rural no Alentejo, "criminalidade social" difusa mas endémica, repressão privada e estatal, luta pela sobrevivência, progressiva tomada de consciência da comunalidade dos problemas e das reivindicações, iriam manifestar-se de modo decisivo em 1911-12-13. A propagação dos movimentos revela, como assinalámos, a continuidade cultural, a comunicação apesar da carência de meios de comunicação e de transportes acessíveis aos mais pobres, e por fim, a existência de uma comum energia colectiva disponível para a acção.

Essa é, na realidade, a sociedade rural camponesa "imperfeita" (pela fraqueza relativa, comparada com o regime microfundário a Norte do Tejo, da pequena propriedade), sociedade sobre a qual as elites locais despejam, desde cedo, por contraste consigo próprias, a imagem degradada que será "trabalhada" nas décadas seguintes. A massa "considerada como animais de trabalho, ingénuos, quase selvagens e com necessidades mínimas" era, dizia-se já então, portadora de uma *filosofia*: tinha uma "conformação estóica para uma vida inteira de constantes privações". Lentos e ociosos, sem dúvida, corrobora, contra toda a evidência o Évora_27. Mas, diz-se na ausência de qualquer inquérito, "qualidades" que carregavam consigo, "no fundo", uma

outra "arte de viver", pronta para ser servida quando o século virasse, mediante inversão dos sinais, para consolo das elites metropolitanas em *burnout* civilizacional.

(iv) Évora_20: anos 20 de um século XX perturbado

À grande vaga de greves rurais alentejanas de 1911 e 1912 sucedeu uma contestação menos massiva, mas que de modo algum se extinguiu. O movimento de reivindicação sofreu em seguida as consequências de uma repressão e de um isolamento que perduraram longamente. Mesmo assim, durante todo o período que vai até 1918 multiplicam-se greves, assaltos a herdades, protestos junto dos municípios, nomeadamente por causa das crises de subsistência e da distribuição do trigo. E a segunda década do século XX é palco de protestos praticamente ininterruptos,¹¹ mas de carácter porventura mais local. Nos anos 30 a 50 a estrutura social altera-se marginal mas sensivelmente com o lançamento da "campanha do trigo". Em todo o Alentejo, com diferenças entre as três sub-regiões (Alto, Central, Baixo), aumentam em percentagem as categorias de "seareiros", de "pequenos proprietários" frequentemente pluriactivos por as suas terras não darem o rendimento — nomeadamente monetário — suficiente. Modestos (4% a 12%), os números merecem menção, se bem que essas "classes intermédias" não alterassem a tendência de polarização entre "ricos e pobres".¹²

(v) Évora_62: urgência vital, aceleração travada

Os anos 60 são anos de "fermentação" em que o descontentamento começava a exprimir-se mais abertamente. Se por um lado a "proletarização" de muitos rendeiros e "pequenos proprietários" marginalizados pela mecanização lançava-os para o estatuto de assalariados, por outro a emigração massiva anulava o efeito sobre a mão-de-obra disponível e colocava os trabalhadores restantes em melhor posição negocial. O que se traduziu na multiplicação das greves locais. A evolução da situação política geral iria desembocar no "marcelismo" em 1968.

«E é neste contexto que surge a luta pelas 8 horas, a qual revestia também uma forma de combater o desemprego. Assim, não surpreende que a reivindicação das 8 horas domine as greves de Abril-Maio de 1962. Essas greves abrangeram quase todo o Alentejo e parte do Ribatejo. Durante todo o mês de Maio um vasto movimento grevista varre os campos, no qual participam mais de 100.000 trabalhadores. (...) Com esta luta os trabalhadores agrícolas conquistavam, pela primeira vez, a jornada de 8 horas, 43 anos depois dos operários industriais.»

(vi) Évora_74-75: A grande aceleração

O Movimento de ocupações de terras nos campos do Sul, começado com um primeiro passo em finais de 1974, assume em 1975 um carácter explosivo. Para dar conta da *velocidade de propagação* do movimento de ocupação das terras no Alentejo, atente-se primeiro no resumo que o *Diário de Notícias* (2017) faz da progressão das ocupações:

«A primeira ocupação aconteceu a 10 de dezembro de 1974, quando trabalhadores agrícolas ocuparam a Herdade do Monte do Outeiro, na freguesia de Santa Vitória, no concelho de Beja. (...) Menos de dois meses depois, a 21 de janeiro de 1975, as ocupações de herdades no distrito de Beja totalizavam os 10.541 hectares. A primeira Unidade Colectiva de Produção (UCP) (...) é constituída a 17 de outubro. Entre 1974 e 1976, foram criadas pouco menos de 600 UCP no Alentejo, Ribatejo, algumas zonas de Lisboa, Setúbal e do Algarve (84% das quais no Alentejo). (...) No mesmo ano [1976], Évora acolheu, a 30 e 31 de outubro, a I Conferência da Reforma Agrária, cujas conclusões afirmavam que existiam, na altura, 450 UCP. No ano seguinte, na segunda conferência, já eram 540 as UCP, ocupando uma área de 1.130.000 hectares.»

Nos cinco meses que vão de 31 de Julho a 31 de Dezembro de 1975, a área ocupada no distrito de Évora foi multiplicada por um factor de 8 vezes; em Beja, por 7,6; em Portalegre, por 5,8.¹³

3.1.4 Lentidão: a busca falhada

Em vez de lentidão, de passividade, encontrámos duas características estruturais — antigas e permanentes — dos Alentejanos. A primeira é a *postura de combatentes* que evoca Teresa Fonseca: "uma constante regional desde a Idade Média até ao presente".¹⁴ A segunda é a existência de um capital de energia moral que as populações alentejanas foram capazes de despoletar tanto em situações e acções locais como de modo generalizado, sempre que as oportunidades históricas se apresentaram — tais como foram os exemplos da implantação da República em 1910, seguida da publicação da Constituição de 1911, e da queda do regime salazarista em 1974. Entre esses períodos de abertura das possibilidades, essa energia manifestava-se localmente em "distúrbios", no recurso, quando a repressão tudo sufocava, à "criminalidade social", clandestina por natureza, ou ainda nas greves mais ou menos generalizadas. A energia subjacente, intacta, que parecia, aos olhos de quem essa ilusão interessava, adormecida ou inexistente, era a energia da "raiva" como se diz aqui. Não havia vagar para hesitações.

«A estrutura socioeconómica de base latifundista determinou, ao longo dos séculos, a vida desta comunidade alentejana, pautada pela tensão permanente entre os senhores da terra e do poder político-administrativo e o povo trabalhador. Se em períodos mais ou menos prolongados essa conflitualidade permanecia aparentemente adormecida, por vezes emergia de forma inesperada, despoletada por eventos políticos ou crises económicas graves, que apenas actuavam como propulsores de sentimentos de injustiça e de revolta há muito acumulados.»

Quem se debruça, sem pretender esgotar os recursos historiográficos sobre essa história, tem que admitir que não só falta base empírica ao preconceito da "lentidão", como o que salta aos seus olhos é o retrato completamente oposto: um povo de combatentes, capaz de não ceder mesmo perante a mais violenta e prolongada repressão. E de persistir. Como é que, a partir da realidade (capacidade de acção colectiva, velocidade de reacção às situações, persistência), se elaborou um preconceito que representa — quase ponto por ponto — o contrário dessa realidade? Haverá um passo importante a dar, para além da simples constatação da discrepância radical entre o preconceito e a realidade que supostamente lhe serve de base: estudar a *história do preconceito*, da sua formação e do papel ideológico que terá desempenhado em diversas estratégias sociais.

3.2 Ociosidade? Um povo em estado de urgência — os anos e os dias

No que antecede, onde procurávamos as marcas da "lentidão" alentejana, encontrámos a *velocidade* que exibiam os modos e os ritmos de propagação das ideias, das acções. Ora "velocidade" é um parâmetro energético de um corpo. De que *energia* se trata nestes factos histórico-antropológicos? Onde reside? De duas perguntas, uma tem resposta óbvia: o que a mantém contida²² e silenciosa (constrangida) é a feroz, tenaz repressão. A segunda é mais enigmática: o que a faz libertar-se e produzir os seus efeitos físicos decisivos no campo social? Deixemos aqui esta questão para memória.

É agora o momento próprio para indagarmos o lugar da ociosidade, do *ócio* — segunda componente do preconceito/estigma (a que o Évora₂₇ não escapa) —, que se projecta sobre

os alentejanos, a par com a "lentidão", cuja busca foi infrutífera, pois não conseguimos senão encontrar o seu contrário.

3.2.1 Estados de urgência: "Os pobres vivem em estado de urgência, não na cultura do ócio" — H. Rosa

Vamos directamente a uma certa realidade, que a documentação histórico-sociológica não permite ignorar: tudo, nos ritmos anuais do trabalho rural — dimensão essencial da vida e da identidade alentejanas até há pouco tempo — impunha uma vida em permanente estado de urgência. Os trabalhadores assalariados só excepcionalmente (uns fracos por cento) tinham contratos ao ano.²³ Todos os outros eram contratados consoante as necessidades dos proprietários fundiários que preferiam não ter pessoal permanente,²⁴ e "governavam-se" como podiam quando não eram contratados. Passavam fome. Calcula-se que em média os trabalhadores homens e mulheres teriam emprego em cerca de 220 dias por ano,²⁵ ou seja, perto de 60% do tempo. Esse regime antigo encontra um eco inesperado nas inovações laborais mais arrojadas do capitalismo selvagem actual, os "contratos a zero horas", nos quais o empregador não é obrigado a empregar o trabalhador por um número fixo de horas.²⁶ Era esse o regime vigente nas "praças de trabalho" ou "praças de jorna",²⁷ lugares nas cidades onde se encontravam os trabalhadores e os empregadores que recrutavam os que queriam, para o tempo (horas, dias, semanas) que decidiam. Deixando os outros à espera. Zero horas.

3.2.2 E o ócio? Em busca da segunda componente do preconceito

Neste regime, o trabalhador contratado para uma tarefa de três ou quatro dias (carregar palha, gadanhar uma pequena leira de feno) poderia *ficar semanas à espera de novo contrato*. Se a proporção de tempo de emprego for próxima do que foi indicado, os trabalhadores terão em média 93 dias úteis (mais os 52 domingos, dias em que também se tem que comer) de "folga" — um *ócio* forçado,²⁸ sem rendimento, e com a necessidade vital de alimentação por cobrir. São esses terríveis três ou quatro meses, não obrigatoriamente consecutivos, que colocam os alentejanos em permanente *estado de urgência*. Urgência de encontrar algum trabalho e, quando o há, e será "a maior parte do tempo"²⁹ em regime de "empreitada", urgência de terminar a tarefa para poder apanhar outra o mais depressa possível.³⁰

Enregar o mais cedo possível, "assim que se via", curta pausa para "almoçar uma bucha", retomar até ao meio-dia, uma hora de pausa para o "jantar" no pino do calor, breve sesta, que não havia tempo a perder, e retomar até ao pôr do Sol. À noite, "ceia" de pão com água, azeitonas, algum pedaço de toucinho.³¹ "De Sol a Sol",³² de Maio a inícios de Setembro eram entre 10 e 14 horas de trabalho. Tal é a lógica da *empreitada*: trabalhar tanto e tão depressa quanto possível, terminar depressa de modo a poder arranjar outro contrato de empreitada.

«Trabalhávamos à esgana sem parar, nem as necessidades fazíamos. A mulher do seareiro punha lá a cântara da água e nós tínhamos que beber daquela estivesse com estivesse»; «Trabalhávamos como brutas para ver quem chega primeiro ao fim da carreira do tomate.»

"Havia nomes de incitamento: a de trás era o 'cabanão', a da frente a 'bandeira' e a segunda o 'raminho'. Além disso, ganhar nome de bom trabalhador era importante para que os patrões as aceitassem ao trabalho. Uma empreitada podia ser executada da parte da manhã e, concluída esta, o patrão ou o capataz podia ou não propor segunda empreitada de meio-dia ou de dia."³³

«Chegávamos às vezes a tirar dois salários, mas saía-nos do corpo.»

Não vale a pena alongarmo-nos sobre realidades que são bem conhecidas de todos os alentejanos, e acessíveis a quem se der ao trabalho de ler mesmo que seja um pouco do muito

que sobre o assunto se escreveu. Terminemos esta curta secção citando Hartmut Rosa: "para as pessoas mais pobres, agir na urgência é algo que lhes é imposto, que não escolhem (...) os pobres vivem em estado de urgência, não na cultura do ócio".³⁴

3.3 Lentidão, Ócio — Slowness, Laziness: conclusão de uma busca infrutífera

Da rápida análise semântica do preconceito/estigma do "alentejano lento e ocioso" (os tais *Skholè* e *Otium*³⁵) e da ontologia que lhe subjaz (os atributos que se supõe existirem), passámos para a confrontação entre esse discurso e a realidade histórica e sociológica da sociedade alentejana, sob um duplo prisma. Primeiro, o da sua capacidade ou incapacidade de acção para resistir à opressão quotidiana em tempo "normal" e para se mobilizar rapidamente assim que uma oportunidade política, histórica, se apresentava. A literatura académica, nomeadamente histórica, de que evocámos uma amostra minimalista, desfaz qualquer hesitação. O Alentejo surge ao observador como uma vasta região em estado permanente que designámos como de "*guerra civil de baixa intensidade*". É ao longo dos séculos uma constante e, se a expressão que se propõe pode para alguns parecer excessiva, quem aprofundar o trilho indicado reconhecerá a sua pertinência.

Segundo ângulo de visão, o da relação com o tempo de trabalho. Duas escalas de observação: a do tempo de trabalho e da sua distribuição ao longo do ano, ao ritmo das tarefas inevitavelmente sazonais, e o da organização do tempo à escala da jornada de trabalho (quando o havia). Deste ponto de vista, o resultado a que se chega é arrasador para a retórica da lentidão e do ócio. O que acaba por ser extraordinário — dado que a informação é de fácil acesso — é que a realidade se apresenta como o exacto contrário dessa retórica das elites urbanas, acriticamente importada para o Évora_27, porque o que se encontra é o *estado de urgência* permanente. Urgência de "arranjar trabalho", urgência de o executar o mais depressa possível (empreitada), até ao limite das forças.

Sem repetir os argumentos, vamos directamente ao resultado do estudo. O que sobressai são duas constantes: a *velocidade* e o *estado de urgência*. A primeira manifesta-se na capacidade de *aceleração* do ritmo de trabalho na empreitada, até ao limite das forças; a segunda evidencia-se na extraordinária velocidade de *propagação* das lutas assim que as circunstâncias as permitem. Ambas são características sociológicas estruturais. O que pode explicá-las é, por hipótese, por um lado, a situação de permanente urgência no dia a dia, por outro a existência de um *fundo cultural comum* — o *saber* da resistência activa que torna o "contágio" possível e o facilita. Por fim, o parâmetro emocional que esse fundo cultural comporta e imprime energia vital ao movimento quando se inicia: a "raiva".³⁷ A acumulação da *raiva* contra o conjunto dos responsáveis do sistema social local (agentes do Estado, latifundiários) é o outro factor explicativo da intensidade das mobilizações.

A capacidade de agir em situações extremamente desfavoráveis, as *intensidades*, levam Maria A. P. Almeida (2004) a reconhecer que sobressai do que descreve a literatura "neo-realista" "uma beleza diferente, resultante do carácter quase épico que emergia da desgraça, onde o horror produzia o sublime".³⁸ O advérbio de intensidade "quase" está a mais. O que se encontra, do princípio ao fim desta primeira parte, é uma relação com a vida verdadeiramente épica. Se alguma filosofia pudesse ser induzida a partir dessa realidade multissecular, nunca seria a aceitação "estóica" conformada com o real,³⁹ mas a da postura estratégica do combatente⁴⁰

capaz de perseverar para sobreviver, a inteligência de esperar pelo momento propício para atacar (*Μήτις*, a *Métis* dos Gregos): uma Épica.

4. Se o preconceito tem uma história

"Estereótipo, preconceito, estigma"

Enquanto factos sociais publicamente observáveis, os comportamentos a que se referem esses termos aparecem na vida corrente como algo tão "natural", tão consensual, que se confunde com a própria cultura em que circulam. O uso das formas culturais normalizadas não pressupõe nem é acompanhado pela atitude reflexiva que interroge a sua origem, o seu modo de constituição no tempo e no espaço sociais. O que é presente e comumente observado e utilizado tende a ser considerado como tendo existido desde sempre e com vocação a durar para sempre. O erro da consciência comum, quotidiana, consiste precisamente em encarar as coisas sociais *sub specie aeternitatis*, quando por natureza intrínseca elas são contingentes e devem ser encaradas na sua circunstância temporal, ou seja, submetidas à duração e à mudança no tempo. Acresce o facto de esse senso comum não operar as distinções necessárias entre as três noções: estereótipo, preconceito, estigma.

Os três termos têm um ponto comum importante: são representações — de características, atributos, individuais ou colectivos — associadas a julgamentos negativos. Incomoda-me o facto de dever, num primeiro tempo, considerar estes três termos como *aproximadamente sinónimos*. Autoriza essa liberdade provisória a constatação de que no discurso comum eles são frequentemente utilizados *como se fossem* sinónimos. Questão de comodidade analítica inicial, que se espera poder ultrapassar quando for útil produzir, a partir destas três noções,⁴¹ três conceitos bem formados. Por ora, e mais uma vez por compromisso metodológico, utilizar-se-á apenas "preconceito" como "representante" das três noções.

As questões a tratar na próxima série de bilhetes são as seguintes: (i) Desde quando existe o preconceito contra os "alentejanos", tanto quanto possam testemunhar os arquivos? (ii) Quais as situações, os grupos e os mecanismos sociais associados à criação e à difusão do preconceito? (iii) Quais as fases temporais que marcam a sua formação e difusão? (iv) Como dar conta da existência e da persistência do preconceito contra "os alentejanos", comparadas com a relativa moderação ou ausência de preconceitos relativos a outras regiões (Minho, Douro, etc.)?

Algumas destas perguntas pertencem a uma história sociológica da cultura (foco na cultura: (i) e (iii)); as outras, a uma sociologia histórica (foco nas sociedades: (ii) e (iv)). Tentar-se-á, ao avançar, ir progressivamente caracterizando a diferença — subtil mas útil — entre as duas abordagens, se isso se revelar possível.⁴²

4.1 Partir do presente: o facto social "preconceito contra os alentejanos"

Constata-se que o preconceito que visa os alentejanos é um facto social presente nos discursos privados e públicos em todo o território nacional e praticamente em todos os grupos sociais, com a excepção (parcial) dos alentejanos.⁴³ É importante sublinhar essa difusão global no presente, facto que servirá para interrogar, por contraste, a sua ausência em certos espaços e grupos em épocas anteriores. É claro que a "ausência" de um facto social numa determinada época é sempre submetida à precaução habitual: a ausência de documentos, de testemunhos, não *prova*, em rigor, a ausência do facto. O que reforça a presunção de ausência do facto quando faltam arquivos é um conjunto de outros factos que indicam na mesma direcção. Um

exemplo extremo, que tem mais valor lógico que empírico, é admitir, sem provas, a inexistência do preconceito sobre "alentejanos" na Bretanha francesa no século XIX. Simplesmente, a ausência geral de comunicação (conhecida) entre os dois espaços torna verosímil que a ausência de testemunhos seja equivalente à ausência do facto. Esse tipo de inferências valerá para formular hipóteses quanto à presença/ausência do preconceito em certas partes do espaço nacional português e em certas épocas históricas.

Prevenir desde já o leitor: o que aqui se empreende, para ser tratado de modo plenamente satisfatório, deveria ser objecto de um projecto de investigação à escala real no espaço e no tempo, o que é impossível no âmbito de um modesto folhetim. Mas fica a ideia.

4.2 A hipótese central: as três "fontes" do preconceito contra os "alentejanos"

Nota prévia: o conceito de «fonte» como situação social generativa

Os preconceitos são produzidos em situações sociais específicas, por agentes identificáveis, com recursos culturais que variam consoante a época e o lugar. Antes de analisar as três fontes que, na hipótese aqui desenvolvida, geraram, alimentaram e deram forma ao preconceito sobre os alentejanos, convém precisar o que a metáfora de «fonte» designa neste contexto. Uma «fonte» não é uma causa única e suficiente — é uma *situação social generativa*: um conjunto de parâmetros que cria as condições de possibilidade para a produção, a reprodução e a difusão de representações negativas sobre um grupo. O que se designa metaforicamente por "fonte" também não é um "ponto de origem" no tempo ou no espaço. Marc Bloch (1949) mostrou definitivamente a que grau de despiste conduz o "Ídolo das origens". Sendo situações complexas, contingentes, as "fontes" do preconceito são metáforas para indicar os terrenos movediços nos quais emergem formas que nem sequer são imediatamente identificáveis com as formas ulteriormente desenvolvidas (Santos e Cabeça, 2010). Cada fonte implica agentes sociais específicos (quem produz o preconceito), um espaço de comunicação próprio (onde circula), uma temporalidade característica (quando e com que ritmo se reproduz), e um regime de credibilidade próprio (por que razão o seu enunciado é acreditado pelos seus destinatários). A separação analítica entre as três fontes é portanto uma operação metodológica — não a afirmação de que elas funcionaram historicamente em isolamento. Pelo contrário, as "contaminações" — as trocas — entre elas são constitutivas tanto da trajectória do preconceito como da sua consistência, e a sua análise é tão importante quanto a análise de cada fonte isoladamente.

Distribuídas no espaço e no tempo, as três fontes, ou situações sociais generativas do preconceito, aqui consideradas, são as seguintes:

1. O contacto agonístico

Antigo, repetido de ano a ano, prolongado, entre os imigrantes internos para o Alentejo ("ratinhos" e outros) e os trabalhadores locais — pelo menos desde o século XVIII e provavelmente antes.

A primeira fonte é a mais antiga documentalmente e sem dúvida a mais antiga na sua existência efectiva. Trata-se do contacto repetido, sazonal e estruturalmente conflitual entre os trabalhadores migrantes — "ratinhos, gaibéus, galegos, minhotos" — que "desciam" ao Alentejo para as grandes fainas agrícolas, por um lado, e os trabalhadores locais alentejanos, por outro. Este contacto tinha todas as características de uma situação agonística: os dois grupos competiam pelo mesmo recurso escasso (o trabalho remunerado) no mesmo espaço e no mesmo tempo, em condições de assimetria que variavam conforme a conjuntura do mercado

de trabalho. Rendimento complementar para os migrantes, muitas vezes microfunditários, era o recurso principal e tendencialmente exclusivo dos alentejanos. As suas culturas divergiam quanto à relação ao trabalho, à negociação salarial, quanto ao recurso à greve, etc.

2. A cultura erudita

(Historiadores, geógrafos) ou semi-erudita (autores literários, jornalistas...) — sobretudo nos séculos XIX e XX.

Esta segunda fonte é categorialmente distinta da primeira. Não é produzida por trabalhadores em situação de contacto e de concorrência, mas por intelectuais — historiadores, geógrafos, romancistas, jornalistas, maioritariamente originários do "Norte" em continuidade com as terras de origem dos "ratinhos" — Beiras, Minho, etc. — que escrevem sobre o Alentejo a partir de uma posição exterior, com os instrumentos da cultura letrada, e com uma audiência diferente. A situação social generativa é a da *produção cultural erudita* — com as suas próprias instituições situadas sobretudo a Norte do Tejo (universidade, editoras, academias, redacções), as suas próprias normas de credibilidade (a autoridade do texto escrito e do argumento erudito), e as suas redes de circulação nacional.

O que a cultura erudita faz ao preconceito é transformá-lo: recebe representações que circulam informalmente no senso comum — nas conversas, nos mercados, nas tabernas onde os "ratinhos" falam dos alentejanos — sistematiza-as e converte-as em texto escrito com autoridade.

3. A cultura popular urbana

Difundida pelos meios de comunicação de massa à escala nacional — a partir dos anos 1930, mas sobretudo na segunda metade do século XX.

A terceira fonte é a mais recente e, em termos de difusão, a mais poderosa. Numa primeira fase, essa "fonte" é dominada pela intervenção política e ideológica de folclorização do "Estado Novo". De modo aproximado, pode datar-se dos anos trinta até aos anos sessenta do século XX. A fase seguinte ocupa as quatro últimas décadas do século XX com a massificação dos *media* — rádio, televisão, imprensa de grande circulação — e coincide com o período de urbanização acelerada e de emergência de novas classes médias urbanas de origem rural recente. A situação social generativa é dupla: por um lado, a *indústria cultural de massas* que encontra no «alentejano» uma figura já bem caracterizada e popular; por outro, a nova pequena-burguesia urbana de origem rural recente que usa o humor sobre os alentejanos como dispositivo de distanciação simbólica do mundo de que saiu (Bourdieu, 1979; Davies, 1990). No "alentejano" esses ex-rurais (ou filhos de rurais) projectam a imagem do "rural atrasado" com que importava marcar a diferença. Esta "fonte" é a primeira que atinge uma área de difusão *nacional e completa* — atinge todas as regiões, incluindo o próprio Alentejo e todos os meios sociais.

4.3 A trajetória temporal do preconceito

À periodização aqui proposta falta o rigor suficiente para permitir inferências sólidas, mas permanece útil para o propósito exploratório deste "folhetim". Com efeito, cada um desses meios e desses tempos de gestação ou de "cultura" do preconceito (como se diz "cultura" de uma bactéria em laboratório) corresponde a meios sociais, a geografias e temporalidades próprias.

Contudo, a separação entre as fontes do preconceito não deve ter sido completa. Pelo contrário, a seguir à indispensável distinção analítica entre elas, é preciso indagar e estudar as modalidades de "contaminações", recíprocas ou não, que terão muito provavelmente existido. Porque, embora a comunicação entre regiões, cidades e aldeias fosse limitada, e ainda mais à medida que se recua no tempo, o espaço nacional português — que não é obrigatório imaginar como palco de uma "consciência nacional" unificada, homogénea e plenamente consciente — foi percorrido desde há muitos séculos por correntes de pessoas e ideias mais ou menos intensas de Norte a Sul e de Este a Oeste. O que não impede que tenham sido diferenciadas em espaços regionais diversos, relativamente ligados e/ou isolados segundo os sítios e os tempos: tarefas para historiadores. De modo que factos como a percepção que podiam ter dos habitantes de uma região os de outra devem ter variado de modo importante. E ainda mais, sem dúvida, consoante se trate de regiões adjacentes ou afastadas entre si.

Por isso mesmo, a separação analítica das três fontes não implica que elas tenham funcionado independentemente. Pelo contrário — como a hipótese já antecipava — as contaminações entre elas são *constitutivas da trajectória do preconceito*.

Notas

1. Fonseca, Teresa. "Montemor-o-Novo – Lugar de memória, repressão e resistência. Dos finais da Idade Média à revolução de 25 de Abril de 1974." O Pelourinho: Boletín de Relaciones Transfronterizas, 2019.
2. Fonseca, T., *ibid.*, p. 68.
3. Pereira, José Pacheco. "As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve." *Análise Social*, Vol. XVI (61-62), 1980-1.º-2.º, pp. 135-156, pp. 35-36. (Ítálicos no original.)
4. Mesmo assim, no século XIX a população mais que duplica: Orlando Ribeiro, *Ensaio de Geografia Humana e Regional*, p. 333: «O Alentejo passou, neste século, de 300.000 a 700.000 habitantes (...)». In Brito Pereira, 1983: 478.
5. Arrendamentos de herdades ou parcelas, geralmente pagos com uma parte da colheita. Para os rendeiros, seareiros, etc., a fracção devida ao proprietário podia ir de um quinto ou um quarto, um terço ("à terça") até à metade da colheita (meeiro). Regime que nos casos mais favoráveis permitia a ascensão social de uma minoria de seareiros e, nos mais desfavoráveis, sem dúvida mais numerosos, os proletarizava.
6. Como iria ser o caso sessenta anos mais tarde, em Abril de 1974. Taxas de analfabetismo: 1878: 78%; 1911: 69%. Fonte: Censos, in <https://poligrafo.sapo.pt/blog/2026/04/25/especial-25-de-abril-tres-fact-checks-sobre-a-revolucao-dos-cravos/>
7. Ventura, António. *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo (1910-1914)*. Lisboa, Seara Nova, 1976. Guimarães, Paulo E. *Indústria e conflito no meio rural. Os mineiros alentejanos (1858-1938)*. Lisboa, Colibri/CIDEHUS, 2001. Pereira, José P. "Atitudes do trabalhador rural alentejano face à posse da terra e ao latifúndio." In Barros, A. (coord.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*. Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciências/Centro de Estudos de Economia Agrária, 1980, pp. 163-186. Pereira, José Pacheco. "As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve." *Análise Social*, Vol. XVI, n.º 61-62, 1980, pp. 135-156. Redondo Cardeñoso, Jesús Ángel. "Protestas populares por las subsistencias en el Alentejo durante la Gran Guerra, 1914-1918." *Ler História*, n.º 70, 2017, pp. 141-160. Redondo Cardeñoso, Jesús Ángel. "Movilización y conflictos campesinos durante la crisis de la Monarquía y la instauración de la I República en Portugal: el Alentejo Central entre 1908 y 1914." *Historia Social*, n.º 90, 2018, pp. 23-43. Redondo Cardeñoso, Jesús Ángel. "Resistencias cotidianas a la privatización de recursos naturales en Portugal a inicios del siglo XX: el ejemplo de la caza furtiva en la región del Alentejo." *HALAC. Revista de Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, vol. 9, n.º 1, 2019, pp. 52-76. Brito Pereira, Ana P. de. "As greves rurais de 1911-1912: uma leitura através da imprensa." *Análise Social*, Vol. XIX, n.º 77-78-79, 1983, pp. 477-511.
8. Brito Pereira, Ana, 1983, p. 482.
9. Sperber, Dan. *La contagion des idées. Une théorie naturaliste de la culture*. Paris, Odile Jacob, 1996.

10. A passagem de um estado em que a avaliação de cada um quanto ao "que se pode fazer" — do estado "não se pode fazer nada" — ao estado "todos sabem que é possível agir e todos agem" é a mudança de um equilíbrio de Nash (todos escolhem zero acção) para o outro equilíbrio possível ("todos escolhem agir"). O processo corresponde à emergência de um common knowledge oposto ao precedente.
11. Freire, J. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940. Tese de Doutoramento, Lisboa, UTL/ISCTE, 1988.
12. Freire, João. "O movimento operário e o problema rural na 1.ª República." Comunicação no Colóquio "Mundo Rural: transformação e resistência no século XX", FCSH-UNL, 27-28 de Outubro de 2000.
13. Sá, Vítor de. "Projectos de reforma agrária na I República." *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983, pp. 591-610.
14. Não se evocam aqui, como seria necessário, as lutas dos mineiros alentejanos, que precederam, acompanharam e prolongaram as dos trabalhadores rurais. Cf. Guimarães, Paulo Eduardo. "Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos (1858-1938)." 2001, <http://hdl.handle.net/10174/2743>. Também: Barreto, José. "Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911)." *Análise Social*, Terceira Série, Vol. 20, n.º 83, 1984, pp. 523-540.
15. Caia, João Gabriel. "Trabalhadores rurais de Évora e anarquismo na Revolução Republicana: tentativa de reorganização sindical e propaganda entre as greves e a guerra." *Revista de História das Ideias*, Vol. 41, 2.ª Série, 2023, pp. 255-271. (Dissertação de Mestrado, NOVA FCSH.)
16. Redondo Cardeñoso, Jesús Ángel. "Political Mobilisation and Social Unrest in Rural Portugal in the Early Twentieth Century: the Example of Montemor-o-Novo between 1908 and 1918." *European History Quarterly*, 50 (1), 2020, pp. 44-65. Redondo Cardeñoso, Jesús Ángel. "Protestas populares por las subsistencias en el Alentejo durante la Gran Guerra, 1914-1918." *Ler História*, n.º 70, 2017. A continuidade dos protestos e da resistência levou alguns autores a usar o termo "Guerra do Sul", nome dado à resistência das populações contra o liberalismo nesta zona do país. Serrão, Júlia. "Arquivo digital dedicado à resistência nos campos do Sul." *Diário do Alentejo*, 2022.
17. Rocha, Francisco Canais. "A luta do operariado agrícola pelo horário de trabalho." Sem editor, Verão de 2012.
18. Soeiro, José. *Reforma Agrária – A Revolução no Alentejo*. Lisboa, Edições Avante, 2013. (Não consultado.)
19. In Garcês Lima, Víctor Salas. *Estado e Revolução Agrária no Alentejo: Fundamentos legais e projetos em disputa (1974-1976)*. 2020. Carmo, Renato Miguel do. "As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX." *Análise Social*, vol. XLII (184), 2007, pp. 811-835. Cutileiro, José. «Ricos e Pobres no Alentejo: posfácio à edição portuguesa». *Etnográfica* [Online], número especial, 2024. Varela, R., & Piçarra, C. "A reforma agrária nos campos do sul de Portugal (1975): uma revolução na revolução." *Estudos Ibero-Americanos*, 42(3), 2016, pp. 1189-1218.
20. A expressão "classe perigosa" nasceu no século XIX francês e dava nome ao pânico das classes dominantes perante o surgimento, em contexto de industrialização "selvagem", de multidões "perigosas". Cf. Alba, A. "Louis Chevalier. — Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXe siècle, 1958." *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, tome 7, n.º 1, 1960, pp. 73-76.
21. Fonseca, Teresa. "Montemor-o-Novo – Lugar de memória, repressão e resistência. Dos finais da Idade Média à revolução de 25 de Abril de 1974." *O Pelourinho: Boletim de Relações Transfronteiriças*, Évora, n.º 23, 2019, pp. 63-93.
22. Fica aqui a nota sobre a "contenção" que alguns, distraídos, atribuem aos alentejanos: não é uma propriedade dos alentejanos ("uma filosofia"?), mas sim das forças de repressão, que mantiveram ao longo do século XX uma pressão, muitas vezes brutal, sobre a população rural, "contida" pela força.
23. Podia ser o caso para certos ofícios de necessidade permanente, abrangendo pessoal pouco numeroso.
24. Novais, Ana Maria. "Sistemas extensivos...", 2023.
25. Guimarães, Paulo E., comunicação pessoal.
26. Eram contratos alentejanos, impostos aos empregados. As suas "vantagens" foram reencontradas na actualidade: os contratos de trabalho "zero horas" (zero-hour contracts) são acordos flexíveis, muito comuns no Reino Unido, em que o empregador não garante um número mínimo de horas de trabalho e o trabalhador se compromete a estar disponível sempre que necessário. Apenas as horas efectivamente trabalhadas são remuneradas, o que proporciona grande flexibilidade à empresa, mas grande precariedade ao trabalhador. Em formas menos extremas, os limites horários legais são "respeitados" mas "alisados" à média. Em França, a lei impõe que o contrato deva comportar pelo menos 24h/semana.
27. Quando os patrões ou os feitores passavam diante da fila de trabalhadores que esperavam trabalho, na "praça de trabalho" ou "praça da jorna", se algum deles perguntava quanto pagariam, os recrutadores passavam para o seguinte. "Praça de Jorna", romance póstumo (1947) de Soeiro Pereira Gomes, evoca esses lugares onde se exprimia a incerteza da sobrevivência dos jornaleiros.
28. "Assim, os pobres estão sujeitos ao tempo dos outros, e o tempo de uns não é o tempo dos outros." (H. Rosa, 2016.)

29. Nas numerosas referências que se encontram sobre o regime de "empreitada" apenas se encontram dados qualitativos: "quase sempre", "na maior parte dos casos", ou a tarefa X "era feita em regime de empreitada".
30. O "Caderno de reivindicações dos ceifeiros" (O Camponês, 1-V-1947) tinha por objectivo unificar a luta em todos os lados. Esse "Caderno" propunha, além de novos salários, as seguintes reivindicações quanto ao horário de trabalho: "enregar com uma hora de sol", "três horas e meia de descanso ou seis fumaças, aguadas ou cigarros durante o dia", e "um quartel ao sábado e outro à segunda-feira, com salário por inteiro e sem prejuízo das horas de descanso". Reivindicava-se ainda o fim das empreitadas e do trabalho à tarefa. Rocha, Francisco Canais. "A luta do operariado agrícola pelo horário de trabalho." Sem editor, Verão de 2012.
31. Pinheiro, J. Monarca. "O Povo do Pão; O Rosário do Pão Alentejano. Da Terra à Boca, o Pão nosso Identitário." 2008. Os testemunhos convergentes abundam; ver também Martins, Anacleto Pires. "Estudos de Castelo Branco", n.º 6, Dezembro de 1981.
32. A limitação destes horários excessivos foi durante décadas um dos objectos principais das reivindicações salariais, nomeadamente em 1962, satisfeitas após o 25 de Abril de 1974, com a passagem para o regime da jornada de oito horas.
33. Confronte-se o testemunho com a gratuidade da prosa de Cupeto: «O Alentejo acrescenta a este quadro a sabedoria da "contenção": a pressa nunca fez parte da lógica do território porque o clima, os recursos e as práticas tradicionais não a permitiam.» O autor pretende "explicar" a suposta "lentidão alentejana" como sendo determinada pelo ritmo da Natureza, no que ecoa certos escritos de Fialho de Almeida: «O montado cresce em décadas, o solo regenera-se em ciclos longos, a água infiltra-se silenciosamente, sem espectáculo. Esta lentidão ecológica é também uma lentidão antropológica: a vida aprende a maturar, não a precipitar.» É caso para perguntar se nas sociedades camponesas do castanhal ou do carvalho atlântico o ritmo da natureza seria supostamente outro — uma "antropologia" de conveniência a tentar ressuscitar as velhas teses do determinismo da cultura pela natureza, abandonadas há mais de um século.
34. Novais, Ana Maria. "A Reforma Agrária na Comunidade do Couço. A terra a quem a trabalha." In Reis, Pedro (coord.), Sistemas extensivos do Sul. Escritos em homenagem a Inocêncio Seita Coelho. Lisboa, ISA, 2023, pp. 247-289.
35. Rosa, Hartmut. "La logique d'accélération s'empare de notre esprit et de notre corps." Entrevista conduzida por Jean Vettraino. *Revue Projet*, 2016/6, n.º 355. (Traduzo.)
36. Ver "«Vagar» – Pharmakon: veneno dos 'pobres', remédio dos 'ricos'", secção sobre skhōlê e otium.
37. A metáfora é muito própria da cultura alentejana. De modo análogo ao cão atingido pela doença da raiva, que ataca furiosamente, também os humanos exasperados parecem "raivosos". Metáfora que teve o seu momento no Maio de 68 francês, onde os grupos de estudantes que se lançavam com toda a sua energia na "contestação" foram apelidados pelo poder de "enragés" (raivosos) e logo adoptaram para si próprios a metáfora da raiva.
38. Almeida, Maria Antónia Pires de. A Reforma Agrária em Avis. Elites e mudança num concelho alentejano (1974-1977). Tese de doutoramento, ISCTE, Lisboa, 2004. Também: Almeida, Maria Antónia Pires de. "A Questão Agrária na História de Portugal." *Revista Matria*, XXI, n.º 5, 2016, pp. 255-284.
39. Brito Pereira, Ana, 1983, p. 483: «A massa "considerada como animais de trabalho, ingénuos, quase selvagens e com necessidades mínimas" era, dizia-se já então, portadora de uma filosofia: tinha uma "conformação estoica para uma vida inteira de constantes privações".»
40. Teresa Fonseca, ver nota 21. Uma nota de prudência: é provável que a literatura neo-realista, ao insistir sobre a miséria (real) das populações, tenha podido divulgar, contra o que era sua intenção, uma imagem de catálogo de desgraças e de esmagamento sem horizonte. D  tienne, Marcel; Vernant, Jean-Pierre. *Les ruses de l'intelligence. La m  tis des Grecs*. Paris, Flammarion, 1974.
41. Nada como visitar uma vez mais os grandes clássicos: Durkheim, 1895, *Les R  gles de la méthode sociologique* (recusar as "pr  -no  es"); Bachelard, *La Formation de l'esprit scientifique*, Paris, Vrin, 1938 — as no  es do senso comum como "obstáculos epistemol  gicos"; Bourdieu, Chamboredon e Passeron, em *Le Métier de Sociologue* (1968): a dupla ruptura com as no  es de senso comum geral e com essas no  es "infiltradas" nos discursos científicos desatentos.
42. At   l  , algumas referências   teis para ir colocando alguns pontos de apoio: Bourdieu, P. "Sur les rapports entre la sociologie et l'histoire en Allemagne et en France. Entretien avec Lutz Raphael." *Actes de la recherche en sciences sociales*, 106/107, mars 1995, pp. 108-122. Veyne, Paul. *L'Inventaire des Différences*. Paris,   ditions du Seuil, 1976. Valle, Ione Ribeiro. "Sociologia Histórica ou História Sociológica? Diálogos a partir de Pierre Bourdieu." *Revista Tempos e Espaços em Educa  o*, v. 11, n. 25, 2018, pp. 49-60.
43. Parcial porque, como em outras situa  es de domina  o pelo menos simbólica (e frequentemente material têm, como por exemplo nas situa  es coloniais), o dominado pode ser levado a interiorizar a defini  o de si próprio que o dominante lhe impõe. Fanon, Frantz. *Peau noire masques blancs*. Paris, Seuil, 1952. «A violência simbólica   , para dizer da forma mais simples possível, aquela forma de violência que se exerce sobre um agente social com a sua cumplicidade», escreve P. Bourdieu (1992: 142-143).

Referências bibliográficas

- Alba, A. «Louis Chevalier. — Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXe siècle, 1958». *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, tome 7, n.º 1, 1960, pp. 73-76.
- Almeida, Maria Antónia Pires de. *A Reforma Agrária em Avis. Elites e mudança num concelho alentejano (1974-1977)*. Tese de doutoramento, ISCTE, Lisboa, 2004.
- Almeida, Maria Antónia Pires de. "A Questão Agrária na História de Portugal." *Revista Mátia*, XXI, n.º 5, 2016, pp. 255-284.
- Barreto, José. "Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911)." *Análise Social*, Terceira Série, Vol. 20, n.º 83, 1984, pp. 523-540.
- Brito Pereira, Ana P. de. "As greves rurais de 1911-1912: uma leitura através da imprensa." *Análise Social*, Vol. XIX, n.º 77-78-79, 1983, pp. 477-511.
- Caia, João Gabriel. "Trabalhadores rurais de Évora e anarquismo na Revolução Republicana: tentativa de reorganização sindical e propaganda entre as greves e a guerra." *Revista de História das Ideias*, Vol. 41, 2.ª Série, 2023, pp. 255-271. https://doi.org/10.14195/2183-8925_41_10
- Carmo, Renato Miguel do. "As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX." *Análise Social*, vol. XLII (184), 2007, pp. 811-835.
- Cutileiro, José. «Ricos e Pobres no Alentejo: posfácio à edição portuguesa». *Etnográfica* [Online], número especial, 2024.
- Détienne, Marcel; Vernant, Jean-Pierre. *Les ruses de l'intelligence. La mètis des Grecs*. Paris, Flammarion, 1974.
- Fonseca, Teresa. "Montemor-o-Novo – Lugar de memória, repressão e resistência. Dos finais da Idade Média à revolução de 25 de Abril de 1974." *O Pelourinho: Boletim de Relações Transfronteiriças*, Évora, n.º 23, 2019, pp. 63-93.
- Freire, João. *Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Tese de Doutoramento, Lisboa, UTL/ISCTE, 1988.
- Freire, João. "O movimento operário e o problema rural na 1.ª República." *Comunicação no Colóquio "Mundo Rural: transformação e resistência no século XX"*, FCSH-UNL, 2000.
- Garcês Lima, Victor Salas. *Estado e Revolução Agrária no Alentejo: Fundamentos legais e projetos em disputa (1974-1976)*. 2020.
- Guimarães, Paulo E. *Indústria e conflito no meio rural. Os mineiros alentejanos (1858-1938)*. Lisboa, Colibri/CIDEHUS, 2001. <http://hdl.handle.net/10174/2743>
- Novais, Ana Maria. "A Reforma Agrária na Comunidade do Couço. A terra a quem a trabalha." In Reis, Pedro (coord.), *Sistemas extensivos do Sul. Escritos em homenagem a Inocêncio Seita Coelho*. Lisboa, ISA, 2023, pp. 247-289.
- Pereira, José Pacheco. "As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve." *Análise Social*, Vol. XVI, n.º 61-62, 1980, pp. 135-156.
- Pinheiro, J. Monarca. "O Povo do Pão; O Rosário do Pão Alentejano. Da Terra à Boca, o Pão nosso Identitário." 2008.
- Redondo Cardeñoso, Jesús Ángel. "Protestas populares por las subsistencias en el Alentejo durante la Gran Guerra, 1914-1918." *Ler História*, n.º 70, 2017, pp. 141-160.
- Redondo Cardeñoso, Jesús Ángel. "Movilización y conflictos campesinos durante la crisis de la Monarquía y la instauración de la I República en Portugal: el Alentejo Central entre 1908 y 1914." *Historia Social*, n.º 90, 2018, pp. 23-43.
- Redondo Cardeñoso, Jesús Ángel. "Resistencias cotidianas a la privatización de recursos naturales en Portugal a inicios del siglo XX: el ejemplo de la caza furtiva en la región del Alentejo." *HALAC. Revista de Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, vol. 9, n.º 1, 2019, pp. 52-76.
- Redondo Cardeñoso, Jesús Ángel. "Political Mobilisation and Social Unrest in Rural Portugal in the Early Twentieth Century: the Example of Montemor-o-Novo between 1908 and 1918." *European History Quarterly*, 50 (I), 2020, pp. 44-65.

- Ribeiro, Orlando. *Ensaio de Geografia Humana e Regional*.
- Rocha, Francisco Canais. "A luta do operariado agrícola pelo horário de trabalho." Sem editor, Verão de 2012.
- Rosa, Hartmut. "La logique d'accélération s'empare de notre esprit et de notre corps." Entrevista conduzida por Jean Vétrano. *Revue Projet*, 2016/6, n.º 355. <https://www.cairn.info/revue-projet-2016-6-page-72.htm>
- Sá, Vítor de. "Projectos de reforma agrária na I República." *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983, pp. 591-610.
- Serrão, Júlia. "Arquivo digital dedicado à resistência nos campos do Sul." *Diário do Alentejo*, 2022.
- Soeiro, José. *Reforma Agrária – A Revolução no Alentejo*. Lisboa, Edições Avante, 2013.
- Sperber, Dan. *La contagion des idées. Une théorie naturaliste de la culture*. Paris, Odile Jacob, 1996.
- Varela, Raquel; Piçarra, Constantino. "A reforma agrária nos campos do sul de Portugal (1975): uma revolução na revolução." *Estudos Ibero-Americanos*, 42(3), 2016, pp. 1189-1218.
- Ventura, António. *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo (1910-1914)*. Lisboa, Seara Nova, 1976.
- Bachelard, Gaston. *La Formation de l'esprit scientifique*. Paris, Vrin, 1938.
- Bloch, Marc. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. *Cahier des Annales*, 3. Paris, Librairie Armand Colin, 2.ª ed., 1952 [1.ª ed. 1949].
- Bourdieu, Pierre; Chamboredon, Jean-Claude; Passeron, Jean-Claude. *Le Métier de Sociologue*. Paris, Mouton, 1968.
- Bourdieu, Pierre. *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris, Minuit, 1979.
- Bourdieu, Pierre. *Réponses. Pour une anthropologie réflexive*. Paris, Seuil, 1992.
- Bourdieu, Pierre. "Sur les rapports entre la sociologie et l'histoire en Allemagne et en France. Entretien avec Lutz Raphael." *Actes de la recherche en sciences sociales*, 106/107, 1995, pp. 108-122.
- Durkheim, Émile. *Les Règles de la méthode sociologique*. Paris, 1895.
- Fanon, Frantz. *Peau noire masques blancs*. Paris, Seuil, 1952.
- Santos, José Rodrigues dos; Cabeça, Sónia Moreira. "Conservação, salvaguarda, criação e culturas orais: uma aproximação conceptual." In Conde, P. S. (coord.), *Actas da Conferência da Tradição Oral – Oralidade e Património Cultural*, Ourense, Concelho de Ourense, 2010, pp. 169-186.
- Valle, Ione Ribeiro. "Sociologia Histórica ou História Sociológica? Diálogos a partir de Pierre Bourdieu." *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 11, n. 25, 2018, pp. 49-60.
- Veyne, Paul. *L'Inventaire des Différences*. Paris, Éditions du Seuil, 1976.